



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

157

220

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0075333-5-RECIFE

APELANTE: BANCO DE PERNAMBUCO S/A- BANDEPE
APELADO: PAULO JÚLIO DE MELLO FILHO
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO
REVISOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
DATA DO JULGAMENTO: 07 DE OUTUBRO DE 2009

EMENTA – INSCRIÇÃO INDEVIDA DO APELADO NOS CADASTROS DO SERASA. DANO MORAL *IN RE IPSA*. CONFIGURAÇÃO. *QUANTUM* INDENIZATÓRIO. EXCESSIVIDADE. REDUÇÃO. CABIMENTO. CORREÇÃO MONETÁRIA INCIDENTE A PARTIR DO ARBITRAMENTO EM DEFINITIVO.

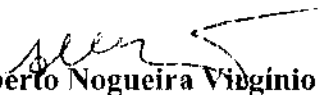
3036

Configura-se dano moral *in re ipsa* a inscrição indevida do apelado nos cadastros do SERASA, por inadimplemento de títulos de crédito expedidos pela empresa dirigida pelo mesmo, sendo inconcebível a conduta do Banco apelante, ao não distinguir a responsabilidade cambiária da pessoa jurídica com a de seu diretor, o qual figurou como mero representante estatutário e não como co-obrigado ao cumprimento da obrigação. Cabível, porém, no caso concreto, a redução do *quantum* indenizatório fixado pelo magistrado *a quo*, eis que excessivo se comparado ao patamar aplicado por esta Egrégia Corte de Justiça e o Colendo STJ, em casos assemelhados, devendo ser corrigido a partir da data do arbitramento em definitivo.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0075333-5, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade de votos, em dar provimento parcial ao recurso, reduzindo o valor da indenização para R\$ 10.000,00 (de mil reais), na conformidade dos votos constantes das inclusas notas taquigráficas, que integram o presente aresto.

Recife, 02 de fevereiro de 2010.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

159/P

221

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0075333-5 – RECIFE

APELANTE: BANCO DE PERNAMBUCO S/A - BANDEPE
ADVOGADO: FREDERICO VELOSO DA SILVEIRA PE 017237
APELADO: PAULO JÚLIO DE MELLO FILHO
ADVOGADO: DJAIR PEDROSA DE ALBUQUERQUE PE 003231
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

PAULO JÚLIO DE MELLO FILHO, devidamente qualificado nos autos, promoveu, por intermédio de advogado legalmente constituído, "AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS", em face do **BANCO DE PERNAMBUCO S/A - BANDEPE**, pleiteando indenização por danos morais ao argumento de inclusão indevida de seu nome em cadastros de inadimplentes.

Narra o autor/apelado na peça intróita de fls. 02/13, que a Companhia Geral de Melhoramentos em Pernambuco emitiu, em favor do Banco réu, em 12/05/1995 e 05/06/1995, duas notas de crédito (fls. 17/22), uma no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) e outra no importe de R\$ 1.009.806,90 (um milhão e nove mil, oitocentos e seis reais e noventa centavos), com vencimentos em 09/06/1995 e 04/08/1995, respectivamente.

Aduz que, desconsiderando a qualidade de mero representante da empresa retromencionada, a instituição bancária procedeu, injustamente, à inclusão do seu nome em cadastros negativadores, consoante se depreende à fl. 24 dos autos.

O Banco demandado interpôs peça de bloqueio às fls. 31/76, asseverando como lícita a inscrição do demandante em órgãos de restrição ao crédito, aludindo ser essa a atividade fim do serviço, qual seja, inscrever supostos devedores, inexistindo, por conseguinte, qualquer dano a indenizar.

Às fls. 94/96, restou inexitosa a tentativa de conciliação, passando o togado monocrático, na ocasião, à prolação da sentença.

Em seu *decisum*, o ilustre magistrado *a quo*, julgou procedentes os pedidos contidos na peça vestibular (cautelar e principal), condenando o Banco réu/apelante ao pagamento do importe de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a título de indenização pelo dano moral sofrido, com os devidos reajustes segundo a variação do INPC e acréscimos dos juros legais de 1% a partir da data do efetivo adimplemento.

Por fim, declarou como definitivo os efeitos da tutela antecipadamente concedida, condenando o a instituição financeira demandada ao pagamento das custas processuais, bem como fixando as verbas honorárias no índice de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

160 /
222 /


Irresignado com a r. decisão, o Banco suplicado, através do petítório de fls.98/113, interpôs **recurso de apelação**, pugnando pela reforma, *in totum*, da sentença primeira, e que se assim não for o entendimento da Corte, pleiteia a minoração da verba indenizatória.

Contra-razões da apelação às fls. 69/122, guerreando a manutenção do bem lançado ato sentencial.

É o relatório.

Ao ilustre revisor, com a ressalva de que se trata de processo abrangido pelo Provimento nº 01, de 19 de fevereiro de 2009, do Egrégio Conselho Nacional de Justiça, eis que tramita nesta instância revisora desde 20/08/2001.

Recife, 07 de / 0 de 2009.


Alberto Nogueira Virginio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

161 P
223

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0075333-5 – RECIFE

APELANTE: BANCO DE PERNAMBUCO S/A - BANDEPE
ADVOGADO: FREDERICO VELOSO DA SILVEIRA PE 017237
APELADO: PAULO JÚLIO DE MELLO FILHO
ADVOGADO: DJAIR PEDROSA DE ALBUQUERQUE PE 003231
RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

Desde já, importa ressaltar que, apesar do presente recurso ter sido interposto em 20/08/2001, sua apreciação por este Desembargador, neste momento, ou seja, transpassados mais de 08 (oito) anos desde então, decorre do fato de que os autos foram redistribuídos para minha Relatoria, por sucessão, em virtude da aposentadoria do Des. Antônio Camarotti Filho, somente em 15/11/2008, tal como se denota da Instrução de Serviço nº 003/2008, publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco em 04/09/2008 (fl. 143).

O Banco réu/apelante sustenta a não demonstração nos autos dos danos morais suportados pelo autor/apelado, bem como o excessivo valor indenizatório arbitrado pelo juiz sentenciante.

Da análise percuciente da presente demanda, depreende-se que o negócio jurídico foi celebrado entre as partes BANCO DE PERNAMBUCO S/A- BANDEPE E COMPANHIA GERAL DE MELHORAMENTOS EM PERNAMBUCO, entretanto, o diretor superintendente à época do fato, Sr. PAULO JÚLIO DE MELLO FILHO, ora apelado, foi imputado como responsável pela inadimplência dos títulos de créditos expedidos pela mencionada empresa, tendo suportado a inscrição do seu nome em cadastro de inadimplentes.

Nesse contexto, é inconcebível tal conduta por parte do Banco/recorrente, posto que não distinguiu a responsabilidade cambiária da empresa com a de seu diretor, o qual figurou como mero representante estatutário e não como co-obrigado. Ressalte-se que tal comportamento seria unicamente cabível quanto ao avalista que, ao lado da devedora principal, obriga-se pelo cumprimento da obrigação.

Impende acentuar que a inscrição do nome de devedores inadimplentes em cadastros negativadores, desde que procedida de maneira justificável, reflete regular exercício de direito por parte do credor. Todavia, a inscrição indevida do nome de qualquer cidadão configura ato ilícito e, encontrando-se presentes os demais requisitos da responsabilidade civil, procedente é a obrigação indenizatória pelos danos morais suportados.

É cediço que o registro imerecido junto ao SERASA, implica pesada ofensa à honra e à imagem de qualquer cidadão, posto que transmite ao conhecimento público a equivocada premissa de que não está hábil a honrar seus compromissos financeiros,



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

162 p

224

embaraçando ou impedindo a concretização de transações comerciais, bem como a obtenção de crédito na praça.

Ademais, as instituições financeiras devem pautar as relações com seus clientes da maneira mais esmerada possível, evitando, em razão de condutas negligentes, afetar o patrimônio jurídico de outrem.

Nesse passo, revelam os autos, como constatado o nexo de causalidade existente entre a conduta do banco réu/apelante e os danos alegados, restando assim evidente o abalo ao crédito e à imagem, sendo prescindível a prova do dano moral, visto decorrer da própria restrição indevida, conforme se verifica demonstrado à fl.24 da presente lide.

Noutro norte, merece guarida o inconformismo da instituição financeira recorrente no que tange ao *quantum* fixado a título de reparação.

Em que pese o ofensor ser uma instituição financeira com o dever de suportar o risco da atividade que desempenha e da qual auferir lucro, afigura-se exarcebada a quantia de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) arbitrada pelo sentenciante, em face da situação concreta submetida a julgamento, vez que os danos suportados pelo recorrido não foram tão elevados a ponto de ensejar compensação financeira em tal patamar.

Acrescente-se ainda que não se observa qualquer demonstração de outro prejuízo experimentado pelo apelado em virtude do seu registro como inadimplente.

Com efeito, parece mais acertado minimizar a verba indenizatória ao *quantum* de R\$10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais, por melhor atender ao princípio da razoabilidade e proporcionalidade, que baliza a fixação do valor da compensação entre a justa composição e a vedação ao enriquecimento ilícito, bem como se apresentar com suficiente carga punitivo-pedagógica de modo a desestimular a realização de novas práticas lesivas.

Assim, infere-se como excessivo o valor da condenação, posto que o magistrado de primeiro grau fixou, ao caso *sub judice*, verba reparatória superior ao patamar aplicado por esta Egrégia Corte de Justiça e o Colendo STJ, em casos assemelhados, conforme se observa dos arestos abaixo acostados, *in verbis*:

RESPONSABILIDADE CIVIL. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. REDUÇÃO DO QUANTUM.- Sopesando os critérios da intensidade e repercussão do dano, bem como as circunstâncias subjetivas e objetivas do caso, é de ser reduzido o valor da indenização para **R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**.- Provimento parcial. Decisão unânime. (TJPE, AP 130.469-0, Rel. Des. José Fernandes, 5ª CÂMARA CÍVEL, julgado em 07/03/2007, sem grifos no original).

DIREITO PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS - AUSÊNCIA DA DEVIDA COMPROVAÇÃO DE DANOS

AO



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virginio

163 B

225

MATERIAIS - RESPONSABILIDADE CIVIL - DÍVIDA QUITADA COM ATRASO - INSCRIÇÃO NO SERASA - DANOS MORAIS - QUANTUM - REDUÇÃO - CRITÉRIOS DE MODERAÇÃO E RAZOABILIDADE - RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE - DECISÃO UNÂNIME.- [...] - À unanimidade de votos, deu-se provimento parcial ao apelo. À unanimidade de votos, **deu-se provimento parcial à apelação para reduzir o quantum indenizatório para R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**, mantendo-se no mais a sentença vergastada em todos os seus termos, nos termos do voto do Relator. (TJPE, AP 88.983-0, Rel. Des. Antônio Fernando de Araújo Martins, 6ª CÂMARA CÍVEL, julgado em 07/03/2007, sem grifos no original).

RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO E MANUTENÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE PROTEÇÃO DE CRÉDITO. SUPOSTA OFENSA AO ARTIGO 159 DO CC. COMPROVAÇÃO DO DANO MORAL. DESNECESSIDADE. RESPONSABILIDADE DO BANCO CONFIGURADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. SÚMULA 7/STJ. VALOR DA INDENIZAÇÃO EXCESSIVO. REDUÇÃO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E, NESTA EXTENSÃO, PROVIDO. [...] 2. Firmou-se entendimento nesta Corte Superior que, uma vez desarrazoado o valor fixado na condenação, impõe-se sua adequação, evitando-se, assim, o injustificado locupletamento da parte vencedora. 3. Recurso especial conhecido em parte e, no ponto, provido para **determinar a redução da indenização para R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**. (STJ, REsp 667.793/SE, Rel. Min. Hélio Quaglia Barbosa, 4ª TURMA, julgado em 12.12.2006, DJ 05.02.2007, p. 243, sem grifos no original).

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. INCLUSÃO E MANUTENÇÃO INDEVIDA DO NOME EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. REDUÇÃO. [...] 2. Inobstante a efetiva ocorrência do dano, eis que comprovado o prejuízo da recorrida, e o dever de indenizar, tem-se por excessivo o quantum arbitrado. 3. Destarte, **observando-se as peculiaridades do caso, os princípios de moderação e razoabilidade, e com o fito de assegurar ao lesado justa reparação, sem incorrer em enriquecimento indevido, reduzo o montante indenizatório, para fixá-lo na quantia certa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais)**. 4. Recurso conhecido e provido. (STJ, REsp 706.126/SC, Rel. Min. Jorge Scartezzini, 4ª TURMA, j. em 24.10.2006, DJ 11.12.2006 p. 365, sem grifos no original).

Ressalte-se que, no tocante aos danos morais, a correção monetária será devida a partir do momento em que for arbitrado **em definitivo** o valor do dano, não importando a data

AS



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

164/3

226


de ajuizamento da ação ou a determinação de citação pelo judiciário, conforme entendimento proferido pelo Superior Tribunal de Justiça, consolidado na Súmula nº 362, demonstrado no aresto abaixo colacionado, senão vejamos:

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. PRISÃO ILEGAL. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. EVENTO DANOSO. REFORMA EM SEDE DE REEXAME NECESSÁRIO. REFORMATIO IN PEJUS CONFIGURADA. SÚMULA 45/STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA A PARTIR DA DATA DO ARBITRAMENTO DO VALOR INDENIZATÓRIO. SÚMULA 362/STJ. RECURSO PROVIDO. 1. Se apenas uma das partes interpõe recurso, é vedado ao Tribunal agravar a situação do recorrente, sob pena de ensejar reformatio in pejus, vedada pelo ordenamento jurídico. 2. Na hipótese dos autos, o Tribunal de Justiça estadual promoveu reformatio in pejus contra o Estado do Paraná, ao determinar a incidência dos juros moratórios a partir do evento danoso, afastando como termo a quo a data da citação, conforme fixado na r. sentença, sem que, para isso, houvesse o autor da ação indenizatória interposto recurso de apelação pugnando por essa reforma. Nesse contexto, incide a Súmula 45/STJ, segundo a qual "no reexame necessário, é defeso, ao tribunal, agravar a condenação imposta a Fazenda Pública". 3. **Nas ações de reparação de danos morais, o termo inicial de incidência da correção monetária é a data do arbitramento do valor da indenização. A respeito do tema, a Corte Especial editou recentemente a Súmula 362/STJ: "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do arbitramento."** 4. Recurso especial provido. (STJ, REsp 813067/PR, Rel. Min. Denise Arruda, 1ª TURMA, julgado em 27.11.2008, DJe 16.02.2009, sem grifos no original).

À luz de tais considerações, **DOU PROVIMENTO** ao apelo, para reduzir o montante indenizatório fixado na sentença a título de danos morais, de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para R\$ 10.000,00 (dez mil reais), devendo incidir a correção monetária a partir da data do seu arbitramento em definitivo.

É como voto.

Recife, 07 de / 0 de 2009.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



165
227

PODER JUDICIÁRIO
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO DESEMBARGADOR ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0075333-5 – RECIFE - PE
APELANTE: BANCO DE PERNAMBUCO S/A- BANDEPE
ADVOGADO: FREDERICO VELOSO DA SILVEIRA
APELADO: PAULO JÚLIO DE MELO FILHO
ADVOGADO: DJAIR PEDROSA DE ALBUQUERQUE
RELATOR: DES. ALBERTO NOGREIRA VIRGÍLIO
REVISOR: DES. ADALBERTO DE OLIVEIRA MELO
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

VOTO DE REVISÃO

Trata-se de ação de indenização por danos moral por ter a empresa Ré apontado a protesto notas de crédito indevido.

A Ré, ora Apelante, alegou que não via mal algum em escrever o nome do Autor no SERASA, uma vez que tanto a SERASA quanto o SPC foram criados para tal fim.

Acrescentou ainda que não é qualquer fato que constitui violação de um dever de indenizar e para que essa obrigação ou responsabilidade exista, há necessidade de demonstrar o prejuízo, da culpa e do nexo causal.

Ora o Apelante não se desincumbiu de provar que não teve culpa ao enviar o nome do Autor a protesto.

4

166β
228

O dano moral decorre do abalo psíquico e creditício que sofre aquele que, indevidamente, tem o seu nome inscrito em cadastros de inadimplentes, como se verificou nos presentes autos, circunstância que, por si só, dispensa prova, já que é da experiência comum de todos que a indevida inscrição em cadastros de inadimplentes leva a obrigação de indenizar.

Essa presunção encontra abrigo no art 335, do Código de Processo Civil, o dano moral deve ser reconhecido independentemente da prova, se por uma óbvia regra de experiência está autorizado o órgão julgador a presumi-lo, à luz da "observação do que ordinariamente acontece", para empregar a fórmula do art 335 do CPC (ac da 5a Câmara do TJRJ, de 1986, n 110 950), citado por Alexandre de Paula, em seu *Código de Processo Civil Anotado*, Ed RT, 1992, vol II, p 1 424.

Há meu ver, em nenhum momento dos autos ficou comprovado que o Autor, ora Apelado tinha débito com o banco réu para que seu nome fosse inserido no cadastro de maus pagadores, para justificar não parece plausível como meio de elidir a sua culpa pela cobrança indevida.

Observa-se, porém, que o banco Réu cometeu ato ilícito, na medida que negativou o autor na Serasa.

Nunca é demais repetir que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (art.5º, X -- CF).

Ora, a inscrição indevida do nome em órgão de proteção ao crédito gera reparação por dano moral decorrente dessa inscrição. O dano está *in re ipsa*, ou seja, independe da prova objetiva do abalo sofrido e de qualquer presunção quanto à existência, também, de prejuízo patrimonial. (REsp 323 356/SC, Rel. Min Antônio de Pádua Ribeiro, j 11 06.02, DJ 23 09 02, , REsp 285 854/PB, Rel Mm Carlos Alberto Menezes Direito, j 21 06 01. DJ 27 08 01).

Cabível a indenização por dano moral, devendo-se considerar não só o aspecto ressarcitório, como também o punitivo para fixá-la. Não pode ser inexpressiva, nem fonte de enriquecimento, a finalidade é abrandar a dor, ainda que tal sofrimento não seja passível de compensação financeira. (Apel 937 097-8, São Paulo, TJSP, 22a Câmara. Dir Priv.

29

167/3

229

j 19 07 05, Apel 357.629-5/8, São Paulo, TJSP, 1a Câm Dir Públ, j 25 05 04, Apel 909 080-2, Campinas, 1o TACSP, 12a Câm. Fér Jul/00, j 03 08 00).

O dano moral, portanto, foi absorvido pela atual Constituição, que resolveu seguir a corrente mais moderna internacional e acolher a indenização pecuniária como forma de minimizar o sofrimento da vítima.

Quanto ao valor entendo que o arbitramento atendeu ao princípio da razoabilidade, inexistindo motivos para sua redução.

Com estes fundamentos, meu voto é no sentido de NEGAR PROVIMENTO ao apelo.

É como voto

Adalberto de Oliveira Melo

Des. Adalberto de Oliveira Melo

Revisor



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

168 B
230

DESEMBARGADOR ADALBERTO MELO (REVISOR)

Nós temos já formado aqui esse convencimento. A minha assessoria elaborou um voto negando provimento ao apelo, mas eu não posso fugir do entendimento já pacificado nesta Câmara, de tal forma que, para manter a coerência minha e da Câmara, eu refluio no mesmo sentido.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

A Turma está acorde em dar provimento parcial ao recurso, reduzindo o montante indenizatório para a quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Essa é a conclusão da Turma?

Muito bem! Nós temos, efetivamente, julgados processos e condenados nessa linha, nada obstante a inexistência de obrigatoriedade para com o montante porque, para cada caso é um caso específico, guarda, evidentemente, uma coerência porque se trata da indevida inclusão em cadastro de restrição de crédito, de modo que acompanho a Turma e proclamo o resultado.

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE FOI DADO PROVIMENTO PARCIAL AO APELO, REDUZINDO O VALOR DA INDENIZAÇÃO PARA R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR".

edp